

13 DEZ 2018

FOLHA DE LONDRINA

AL envia expediente ao governo pedindo redução de verbas nos poderes

Requerimento sugere que Cida encaminhe projeto diminuindo repasses para o Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - Depois da polêmica envolvendo a redução dos repasses à AL (Assembleia Legislativa) do Paraná, os deputados estaduais começaram a discutir a possibilidade de diminuir também a fatia do orçamento destinada ao TJ (Tribunal de Justiça), ao MP (Ministério Público) e ao TC (Tribunal de Contas). Tadeu Veneri (PT) apresentou na quarta-feira (12) um requerimento sugerindo o envio de um ofício à governadora Cida Borghetti (PP). No documento, ele pede que a pepista encaminhe o projeto de corte à Casa, uma vez que a iniciativa precisa partir do Executivo.

A proposta de Veneri foi aprovada em votação simbólica, com voto contrário em separado de Luiz Cláudio Romanelli (PSB) e ausência de Élio Rusch (DEM). O petista disse que

consultou Cida e que houve um entendimento. A ideia é compensar a inclusão dos recursos do FPE (Fundo de Participação dos Estados) na base de cálculo para os repasses, o que poderia garantir um reforço anual de caixa de R\$ 450 milhões ao governador eleito, Ratinho Júnior (PSD). A dúvida é se haveria tempo hábil para votar ainda em 2019, uma vez que a última sessão do ano está marcada para semana que vem.

O ex-governador Beto Richa (PSDB) tentou modificar a questão do FPE algumas vezes, entretanto, sempre sofreu pressão dos chefes dos órgãos e dos próprios parlamentares. No mês passado, o primeiro secretário do Legislativo, Plauto Miró (DEM), apresentou uma matéria, em seguida encampada por Ratinho, que diminuía o percentual da AL dos atuais 3,1% para 2,5% da receita geral do Tesouro. Os demais

valores - 1,9% para o TC, 4,4% para o TJ e 4,1% para o MP -, permaneceriam inalterados.

O presidente do Parlamento, Ademar Traiano (PSDB), fez uma consulta à PGE (Procuradoria Geral do Estado), que emitiu parecer favorável à redução. Na terça-feira (10), contudo, o tucano falou que a resposta chegou tarde e que o prazo legal já foi esgotado. Também argumentou que a alteração seria inconstitucional e que deveria ter ocorrido na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), apresentada e votada no primeiro semestre, ou, em último caso, na LOA (Lei Orçamentária Anual). Presidente da comissão de Orçamento, Rusch (DEM) defendeu a mesma tese. "O percentual deve ser fixado por entendimento entre os Poderes na hora de votar a LDO, que deve ser enviada pelo Executivo à Assembleia até o dia 15 de abril", destacou.

CONTINUA

13 DEZ 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Veneri, entretanto, tem entendimento diferente. “Há constitucionalidade à medida em que ela pode sancionar a LOA e enviar outra mensagem para cá”, defendeu. “Desde 2011, o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas recebem uma parcela do FPE que hoje gira em torno de R\$ 450 milhões. O que fizemos? Pegamos esse valor e, proporcionalmente a cada um dos percentuais que os poderes recebem, diminuimos os percentuais. Com isso, esses R\$ 450 milhões ficam nos cofres do Estado”, completou. Caso a sugestão de Veneri seja acatada, a AL ficaria com 2,8%, o TC com 1,7%, o TJ com 8,6% e o MP com 3,7%.

13 DEZ 2018

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Novo presidente do TC

Decano entre os sete conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista será o presidente da corte no biênio 2019-2020. A eleição foi realizada nesta quarta-feira (12), na abertura da última sessão do ano do Tribunal Pleno. Também foram eleitos o vice-presidente, conselheiro Fabio Camargo; e o corregedor-geral, conselheiro Ivens Linhares. Todos foram escolhidos por unanimidade de votos do colegiado. Após a eleição, o Pleno homologou a composição das câmaras do TC no próximo biênio. A Primeira Câmara será presidida pelo conselheiro Fabio Camargo e integrada pelos conselheiros Durval Amaral e Fernando Guimarães, além dos auditores Thiago Cordeiro e Tiago Pedroso.

Trajetória

Natural de Ponta Grossa, Nestor Baptista, 70 anos, é advogado e jornalista. Foi deputado estadual por uma década, entre 1979 e 1989, ano em que foi nomeado conselheiro do TC. Na corte, exerceu a presidência duas vezes (1994-1995 e 2007-2008). Foi vice-presidente em três mandatos (2003-2004, 2006 e no atual, 2017-2018) e corregedor-geral em dois (1990-91, 2000-2002 e 2011-2012).

13 DEZ 2018

FOLHA DE LONDRINA

Fux revoga liminar e multas do frete voltam a valer

Reynaldo Turollo Jr.
Folhapress

Brasília - O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux revogou, na noite desta quarta-feira (12), uma liminar concedida por ele na semana passada que havia suspenso as multas e punições para quem descumprisse a tabela do frete.

A liminar de Fux, da última quinta (6), gerou um princípio de movimentação entre os caminhoneiros, porque, na prática, esvaziava o tabelamento do frete. A tabela com preços mínimos foi instituída pelo governo federal em resposta a uma greve feita pelos caminhoneiros em maio deste ano.

Com a reconsideração de Fux, as multas para as empresas que descumprirem a tabela voltam a vigorar. O ministro revogou a decisão da semana passada após um pedido da AGU (Advocacia-Geral da União) chegar ao STF nesta segunda-feira.

O órgão solicitou a Fux para deixar o assunto para o novo governo e para o novo Congresso, a fim de “evi-

tar risco de comprometimento do sistema de distribuição de alimentos, medicamentos, combustíveis e outros produtos essenciais no período do Natal e do Ano Novo”.

Em sua reconsideração, Fux escreveu que, “consoante afirma a Advocacia-Geral da União, os canais de participação dos setores interessados serão efetivados ‘pela nova estrutura governamental que assumirá a condução do país, em breve, no início do próximo ano’”.

“Com esse desiderato, este juízo vem priorizando as vias amigáveis de diálogo para a solução das questões sociais subjacentes ao julgamento da causa, inclusive com a realização de audiências com as partes interessadas e também de audiência pública”, afirmou.

O ministro, relator de um conjunto de ações que discutem no Supremo a constitucionalidade do tabelamento do frete, pediu, por fim, que o presidente da corte, ministro Dias Toffoli, marque com urgência uma data para o plenário julgar o tema no mérito.

50 anos do AI-5 ganham manifesto pela democracia

São Paulo - Um manifesto em defesa da democracia será lançado nesta quinta-feira (13), quando se completam 50 anos da edição do AI-5 (Ato Institucional nº 5), o mais radical do regime militar. Para marcar o acontecimento será feito um ato em defesa da democracia e da Constituição de 1988, no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo.

O manifesto Juntos pela Democracia, que nasceu com 563 subscritores iniciais, já reúne assinaturas de 3.790 pessoas pela internet. O documento pede a manutenção dos princípios da Constituição Federal de 1988, a República, a democracia e o Estado de Direito.

“A garantia das liberdades, dos direitos humanos individuais e sociais, do livre exercício da cidadania nos une, para além de eventuais diferenças e nuances ideológicas ou político-partidárias”, diz o texto.

“Enfatizamos nosso compromisso com a pluralidade e a diversidade cultural, de crenças e de comportamento da sociedade brasileira”, conclui o documento.

Entre os nomes que assinam o documento estão o músico Chico Buarque, o jurista e professor emérito da USP Fábio Konder Comparato e o diplomata e ex-ministro Celso Amorim.

13 DEZ 2018

FOLHA DE LONDRINA

MP pede a prisão preventiva de João de Deus

"Ele sempre esteve presente com seu amor, agora estamos prontos para defendê-lo"

Lígia Formenti

Agência Estado

Abadiânia - A Promotoria de Justiça de Goiás solicitou nesta quarta-feira (12) a prisão preventiva de João de Faria, conhecido como João de Deus. A informação foi confirmada pela assessoria de imprensa do médium. A medida foi tomada cinco dias depois de virem à tona denúncias de abusos sexuais. O pedido ainda precisa ser aceito pela Justiça. As vítimas seriam mulheres que teriam buscado tratamento espiritual com o médium. Até a terça-feira (11), aproximadamente 200 mulheres de mais de oito Estados haviam procurado o Ministério Público para denunciar abusos.

Na manhã desta quarta, o médium fez uma visita tumultuada no Centro Dom Inácio de Loyola. Assim que desembarcou num Ford Ka branco, João de Deus foi cercado por seus funcionários, fez uma visita de menos de 10 minutos à sala de atendimento e retornou. Jornalistas acompanharam o trajeto, mas foram impedidos de se aproximar do médium, que fez a primeira visita ao centro depois de ser acusado de abuso sexual.

No trajeto, funcionários gritavam: "Respeitem! Ele vai falar." A promessa, no entanto, não se concretizou. Apesar do amplo espaço, não foi providenciado um local para a entrevista. O médium saiu sem dar entrevista, mas disse, entre um grito e outro de seus funcionários, que cumpria uma missão dada há 60 anos. E afirmou: "Eu sou inocente". Esta foi a primeira aparição pública do médium, depois que mulheres vieram a público acusá-lo de abuso sexual.

Na confusão, voluntários chegaram a agredir jornalistas. A chegada no centro ocorreu por volta das 9h20 desta quarta-feira, 12, um horário pouco usual. João de Deus, cujo nome de batismo é João de Faria, horas antes havia desembarcado no aeroporto de Anápolis de um voo procedente de São Paulo.

As denúncias afetaram o movimento da casa, onde atendimentos são realizados. Por volta das 8h30, cerca de 400 pessoas - incluindo crianças e duas pessoas de cadeiras de rodas - aguardavam a chegada do líder espiritual. Isso representa um terço do movimento habitual. Chico Lobo, um dos funcionários da casa, afirmou que três ônibus - de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas - chegaram à cidade. "É menos que o de costume. Mas há também o impacto da proximidade das festas. Nesta época, tradicionalmente o

movimento cai", disse.

Funcionários e voluntários da casa começaram a chegar na casa Dom Inácio de Loyola mais cedo. "Sabíamos que seríamos necessários aqui. Ele sempre esteve presente com seu amor, agora estamos prontos para defendê-lo", disse Jacilda Oliveira Soares, que desde 1985 frequenta a casa. Há alguns anos, ela se dedica a organizar as filas de atendimento.

Primeiro, ingressam fiéis escolhidos pelo médium para formar a corrente de oração. Eles ocupam uma sala próxima na qual o líder costuma atender e ficam concentrados durante todo atendimento. Para enfrentar as longas horas, muitos trazem travesseiros ou uma almofada especial, dobrável, para proteger as costas e o quadril.

Essas pessoas já estão posicionadas. São cerca de 200. Outras 200, a maioria usando roupas brancas, estão sentadas em cadeiras situadas num pátio coberto, aguardando atendimento. As pessoas são chamadas em grupos, de acordo com a frequência que vem à casa. De acordo com funcionários, mesmo sem a presença de João de Deus, os trabalhos podem ser realizados. "Onde ele estiver, a energia dele estará aqui", diz Jacilda.

13 DEZ 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Passaporte pode ser retido para forçar devedor a pagar dívida, decide STJ

O devedor que não indica meios para quitar sua dívida pode ter seu passaporte bloqueado por determinação da Justiça, como meio coercitivo para pagar o débito. O entendimento é da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao negar pedido de Habeas Corpus.

No mesmo julgamento, o colegiado afirmou que o HC não serve para questionar suspensão de carteira de motorista. Isso porque a suspensão da CNH não afeta o direito de ir e vir do cidadão.

No pedido de Habeas Corpus, o devedor questionava decisão do juiz de primeira instância que sus-

pendeu sua carteira de habilitação e condicionou o direito de o paciente deixar o país ao oferecimento de garantia.

O pedido foi negado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que concluiu que o habeas corpus estaria sendo utilizado como substituto de recurso, já que a decisão de primeira instância teria sido anteriormente impugnada por meio de agravo de instrumento.

No STJ, o devedor alegou que o habeas corpus seria a via adequada para conter o abuso de poder ou o exercício ilegal de autoridade relacionado ao direito de ir e vir, situação encontrada nos autos, já que houve o bloqueio

do passaporte.

A relatora do recurso, ministra Nancy Andrighi, destacou inicialmente que a utilização do habeas corpus em matéria cível deve ser igualmente ou até mais excepcional do que no caso de matéria penal, já que é indispensável a presença de direta e imediata ofensa à liberdade de locomoção da pessoa.

Nesse sentido, e com base na jurisprudência do STJ e do Supremo Tribunal Federal, a ministra apontou que a questão relacionada à restrição do direito de ir e vir pela suspensão da CNH deve ser discutida pelas vias recursais próprias, não sendo possível a apreciação do pedido por meio de habeas corpus.

É desnecessário laudo médico oficial para isenção do IR, diz TRF-1

É desnecessária a apresentação de laudo médico oficial para o reconhecimento judicial da isenção do imposto de renda, desde que o magistrado entenda suficientemente demonstrada a doença grave por outros meios de prova. Assim fixou a 8ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª região em um recurso de uma aposentada que tinha problemas de visão.

No voto, o relator, juiz federal convocado José Airton de Aguiar Portela, afirmou que, conforme os relatórios médicos oftalmológicos, a mulher é portadora de doença grave/cegueira desde 2007.

“Sendo assim, tem direito à isenção do imposto de renda incidente sobre seus proventos desde sua aposentadoria, em 2012, até decisão da junta médica, em 2014”,

disse o magistrado.

O juiz lembrou ainda que o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado de que a cegueira, ainda que monocular, garante a isenção. “De acordo com o STJ, é causa de isenção de Imposto de Renda, porque o artigo 6º não faz distinção entre cegueira binocular e monocular para fins de isenção do imposto de renda”, disse.

13 DEZ 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Órgão controlado?

Quando as eleições de outubro terminaram e os nomes dos candidatos vencedores foram anunciados, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – órgão encarregado de promover o controle administrativo do Judiciário – anunciou a abertura de procedimentos para identificar e punir os juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores que, contrariando determinações da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), manifestaram posições políticas e intenções de voto pela imprensa e redes sociais. Em setembro, o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, já havia recomendando aos magistrados que fossem bastante “cautelosos” em suas manifestações, alegando que a internet poderia levá-los a confundir vida pública e vida privada.

Apesar de a iniciativa do CNJ ter sido bem recebida nos meios políticos e jurídicos do País, um mês após a divulgação desse medida salutar – afinal, os integrantes do Judiciário desempenham uma função técnica e devem primar pela isenção e imparcialidade, não podendo por isso candidatar-se a postos eletivos e desenvolver atividades político-partidárias quando estão na ativa –, o órgão voltou atrás e decidiu não aplicar qualquer punição. Em vez de cumprir rigorosamente o que a legislação determina, disciplinando os magis-

trados que a afrontaram acintosamente no último pleito, membros da cúpula do CNJ afirmaram que a abertura de procedimentos administrativos foi apenas um “ato simbólico” com o objetivo de dar um “susto” na corporação.

O recuo do CNJ é mais uma demonstração do espírito de corpo reinante nas diferentes instâncias e braços especializados do Judiciário, cujos órgãos administrativos e correccionais sempre foram conhecidos por seu viés corporativo. Criado em 2004 pela Emenda Constitucional n.º 45, que introduziu a reforma desse Poder, o CNJ ganhou respeitabilidade e credibilidade em seus primeiros anos de atuação, quando passou a coibir o nepotismo judicial. Com o tempo, porém, o corporativismo impregnou o órgão que tinha, justamente, a função de refreá-lo.

No caso específico das investigações abertas pelo CNJ para identificar magistrados que descumpriram as determinações da Loman nas eleições de outubro, apoiando candidatos e parabenizando os vencedores, foram intimados a dar explicações por seu comportamento durante a campanha eleitoral, entre outros, dirigentes de associações de juízes, desembargadores de Tribunais Regionais Federais, desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – que é a maior Corte do País em número de integrantes e de processos – e até mesmo um ministro e ex-presidente do Tri-

bunal Superior do Trabalho. Também foi objeto de pedido de providências o juiz responsável pelos processos criminais da Operação Lava Jato no Estado do Rio de Janeiro.

Como a maioria dos notificados integra os escalões superiores da magistratura, fica evidente, assim, que a cúpula do CNJ optou, por excesso de prudência ou falta de coragem, por não enfrentá-los até o fim, contentando-se em aplicar o que chamou de “susto”. Esse comportamento é, por sua vez, no mínimo censurável, uma vez que conselheiros do órgão já reconheceram que nas eleições de outubro houve um aumento significativo de manifestações político-partidárias de juízes e desembargadores, por meios eletrônicos, com relação aos pleitos anteriores. Para não ficar mal na fotografia, afastar a imagem de que agiu corporativamente e tentar deter a crescente politização dos juízes, o CNJ agora informa que está preparando para as eleições municipais de 2020, em parceria com escolas de magistratura, um código de conduta e um projeto destinado a persuadir os membros da corporação a demonstrar imparcialidade em seus perfis públicos nas redes sociais.

Por mais que essas medidas sejam importantes, não há como negar que, ao deixar de punir quem contrariou a Loman, o CNJ acabou deixando a impressão de que, infelizmente, é mais um órgão controlado do que um órgão controlador.

13 DEZ 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça anula a PPP da iluminação de São Paulo

Nova licitação tem prazo de 60 dias, mas Bruno Covas já cogita reformular processo

Bruno Ribeiro

A Justiça decidiu anular a licitação de uma parceria público-privada (PPP) para a troca da iluminação pública na capital paulista. O contrato da Prefeitura com uma empresa terceirizada, estimado em R\$ 7 bilhões, previa trocar as lâmpadas por luminárias de LED. Na decisão, da 1.ª Câmara de Direito Público, ficou determinado ao Município que faça uma nova licitação em 60 dias. Mas o prefeito Bruno Covas (PSDB) cogita reformular o processo e abrir mão da PPP.

A Justiça acatou apelação do consórcio Walks, que tem entre os sócios a WTorre, desclassificada do processo licitatório em 2017 após entendimento, por parte da então gestão João Doria (PSDB), que uma das empresas integrantes do grupo não tinha condições de participar do certame. Esta havia sido classificada como inidônea pela Controladoria-Geral da União (CGU), por envolvimento nas ilegalidades apuradas pela Operação Lava Jato.

O Walks disputava o processo contra o consórcio liderado pela empresa FM Rodrigues,

PARA LEMBRAR

Os áudios de Denise Abreu

O contrato havia sido suspenso pelo juiz Alberto Alonso Muñoz, da 13.ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, no âmbito de ação popular, após a divulgação de áudios que revelaram a ex-diretora do Ilume, Denise Abreu, falando em suposta propina para a manutenção do acerto. No áudio, gravado antes do resultado da licitação, Denise afirma ser um “escândalo” a possibilidade de a WTorre – do consórcio Walks – vencer a licitação, e se diz “inimiga da empresa”. Em abril, o desembargador Eduardo Gouvêa, da 7.ª Câmara de Direito Público, suspendeu a decisão liminar. E a disputa judicial continua.

que atualmente já faz a manutenção da iluminação pública. A Prefeitura havia decidido manter a manutenção sob responsabilidade dessa, enquanto a ques-

tão judicial não era resolvida. O processo da PPP foi iniciado ainda na gestão Fernando Haddad (PT), mas ficou parado quase dois anos por ações da Justiça e do Tribunal de Contas do Município (TCM). A questão ultrapassou o governo petista e só foi finalizada na gestão Doria, que desde a campanha dizia que terminaria o processo sem alterações significativas no edital, o que acabou acontecendo.

Agora, Bruno Covas afirma que vai “analisar todos os dados dessa decisão, até porque uma nova licitação em dois meses é muito difícil. se você seguir todos os prazos da legislação”. Covas disse que a anulação “é uma grande perda para a população”, uma vez que a cidade fica “arrastando essa discussão”.

“Agora, é verificar uma nova modelagem, verificar uma nova forma de a gente poder avançar o mais rápido possível”, disse o prefeito. “Então, provavelmente, agora a gente deve se debruçar com o secretário de Subprefeituras, Alexandre Modonezi, responsável pelo Ilume, para soltar novo edital o mais breve possível.” A reportagem tentou, mas não conseguiu contato com os consórcios Walks e FM Rodrigues.

13 DEZ 2018

BEMPARANÁ

Alep discute também cortar verba do Judiciário, TC e MP

Pressionados a reduzir Orçamento da Casa, deputados miram outros poderes

Ivan Santos

Diante da pressão para reduzir seu orçamento, a Assembleia Legislativa agora discute a possibilidade de diminuir também os repasses para os outros poderes: Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas. Como legalmente a iniciativa tem que partir do Executivo, o deputado estadual Tadeu Veneri (PT) apresentou requerimento propondo o envio de ofício à governadora Cida Borghetti (PP), sugerindo que ela encaminhe à Casa projetos para reduzir os percentuais de repasse da receita do Estado não só para o Legislativo, mas também para o Tribunal de Justiça, MP e TC previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Orçamento de 2019.

A ideia de Veneri é compensar a inclusão dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) na base de cálculo para esses repasses, o que, segundo ele, poderia garantir um reforço de caixa de R\$ 600 milhões ao ano para o futuro governo Ratinho Júnior (PSD). Atualmente, Legislativo, Judiciário e Ministério Público têm direito a receber 18,6% do que o Estado arrecada anualmente para custearem suas despesas. Esse percentual é dividido em 9,5% para o Judiciário; 4,1% para o MP; e 5% para o Legislativo. Do percentual de 5% destinado ao Legislativo, 1,9% cabe ao Tribunal de Contas e 3,1% à Assembleia.

A partir de 2011, as verbas do FPE foram incluídas na base de cálculo desses repasses, o que provocou uma perda de mais de R\$ 400 milhões ao ano para o Executivo. O governo Beto Richa chegou a propor a retirada do FPE desse rateio, mas a mudança foi rejeitada pelos deputados.

No mês passado, o primeiro-secretário da Assembleia, deputado Plauto Miró Guimarães (DEM), apresentou projeto propondo a redução do percentual de repasse ao Legislativo para 2,5% já no ano que vem, o que segundo ele, garantiria um reforço de R\$ 135 milhões anuais para o caixa do próximo governo. A proposta de Plauto, porém, se limitava ao Legislativo, mantendo os percentuais dos demais poderes. Além disso, a mudança dependeria de alteração na LDO, aprovada pelos deputados em julho, e no Orçamento, aprovado na semana passada. E a iniciativa também precisaria partir da atual governadora.

Ratinho Jr encampou a ideia e fechou acordo com o presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB) para que o Legislativo enviasse ofício à Cida pedindo que ela encaminhasse a proposta de alteração da LDO à Casa. Depois disso, porém, Traiano passou a afirmar que a mudança seria inconstitucional.

Oportunidade

Na segunda-feira, a governadora encaminhou ofício ao tucano se propondo a propor mudança na LDO e na lei de Orçamento, mas o presidente do Legislativo rejeitou a ideia, alegando que o regimento interno não permite mais alterar a lei orçamentária após a sua aprovação.

“Essa polêmica nos abre uma grande oportunidade”, disse ontem Veneri. A tese defendida por ele é que Cida proponha a redução dos percentuais de repasses da receita para a Assembleia de 3,1% para 2,8%; do Tribunal de Contas de 1,9% para 1,7%; do Tribunal de Justiça de 9,5% para 8,6%; e do Ministério Público de 4,1% para 3,7%. Segundo Veneri, através de sua

assessoria, a governadora garantiu que se a Assembleia fizer um pedido formal, ela encaminhará à Casa projetos para alterar a LDO e o Orçamento já para 2019, reduzindo esses índices.

Antecedentes

Presidente da comissão de Orçamento da Assembleia, o deputado Élio Rusch (DEM) saiu ontem em defesa de Traiano. Segundo ele, não há como alterar a LDO e a lei orçamentária depois que elas foram aprovadas. Já a assessoria jurídica de Veneri garante que as mudanças são possíveis, não como emenda, mas como projeto de lei de alteração de ambas as matérias. E que esse tipo de mudança é corriqueira na Assembleia. Tanto que em abril de 2015, os deputados aprovaram mudança na LDO de 2014, proposta pelo então governador Beto Richa (PSDB), alterando a meta fiscal do Estado do ano anterior.

13 DEZ 2018

BEMPARANÁ

Jônatas Pirkiel

#A CONDUTA E O DIREITO PENAL

O STF é ou não é uma vergonha?

O que determina a qualidade das pessoas são as suas condutas, quer sejam públicas ou privadas; na relação familiar, profissional ou social. O Supremo Tribunal Federal, que já teve em sua formação homens das mais ilibadas condutas, passa, nos últimos anos, pelos piores momentos de sua composição e de suas decisões. Transformado numa casa política, pelas indicações de sua composição e por suas decisões; deixou de ser uma “casa de justiça”.

Os “supremos” como um de seus pares já qualificou, causam vergonha à nação. Julgam contra o direito, contra o bom senso e contra a justiça. Talvez não causem vergonha aos advogados que defendem os “bandidos de colarinho branco”, que firmaram manifestação a favor do “ministro”, que se sentiu ofendido; ou às entidades das classes representativas da magistratura.

O assunto volta à discussão quando o “ministro” Lewanowski, que chegou à Suprema Corte com um currículo que é público e notório, no entendimento dele, foi “defender a honra do Supremo”. Que honra? Podemos perguntar... Se de um lado, advogados com interesse particulares e entidades submetidas aos interesses de classe, manifestaram-se em favor do ministro “ultraçado em viagem de avião” por um cidadão indignado com a conduta dos “supremos”; de outro temos a iniciativa do ilustre advogado, Modesto Carvalhosa, que protocolou pedido de “impeachment” contra Ri-

cardo Lewandowski.

Pedidos que já foram protocolados no Senado da República contra este e outros ministros e jamais foram ou serão submetidos à discussão. Indeferidos ou engavetados por uma Casa de Leis que também envergonha a nação. O ilustre Carvalhosa, destaca: “O STF perdeu sua reputação perante o povo brasileiro. São 200 milhões de pessoas que acham o STF uma vergonha. Lewandowski precisa mandar prender 200 milhões de pessoas. Quando uma pessoa perde a reputação não tem jeito... “só faltou chamar de ‘Excelência’. Ele [Cristiano] foi absolutamente preciso no que falou. O STF perdeu a sua reputação, não tem mais legitimidade, respeito da sociedade e autoridade. É um zumbi dentro do Judiciário. Nada mais justo o cidadão em seu direito de se manifestar ter dito isso.

Em entrevista no “Néumanne entrevista” da semana passada, o jurista Modesto Carvalhosa, afirmou que: “...o “quadrilhão do STF” é o braço armado do crime organizado da corrupção, que, desafiando a sociedade, pretende continuar lutando pela restauração plena dos corruptos na direção do nosso país. Cabe aos ilustres e respeitados ministros decentes daquela Corte, em maioria, resistir às investidas cavernosas de seus colegas do “quadrilhão”, cada vez mais ousados na defesa, proteção e liberação dos bandidos da classe política e do empresariado...”.

*O autor é advogado na área criminal
(jonataspirkiel@terra.com.br)

13 DEZ 2018

BEM PARANÁ

Paraná é o quarto estado que mais emitiu CPF em certidões de nascimento. Veja como fazer

Os cartórios de Registro Civil do Paraná já emitiram mais de 340 mil números de Cadastro de Pessoa Física (CPF) diretamente em certidões de nascimento, segundo a Central de Informações do Registro Civil (CRC), administrada pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil). O serviço, iniciado em dezembro de 2015, no estado, é feito no mesmo momento do registro da criança.

Ainda de acordo com o levantamento, o estado é o quarto que mais realizou o ato no país, ficando atrás apenas de São Paulo (1.367.110), Rio de Janeiro (477.434) e Minas Gerais (371.763). No Paraná, o serviço foi idealizado por meio do Irpen-PR junto à Receita Federal com apoio da Anoreg-PR.

“Por meio deste procedimento, a criança já sai na hora com a certidão constando duas informações importantíssimas para o exercício da sua cidadania: o CPF e o registro de nascimento”, afirma o presidente do Instituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Paraná (Irpen-PR), da Arpen-Brasil, e diretor da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), Arion Toledo Cavalheiro Júnior.

Como fazer?

A emissão do número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) é gratuita e realizada no momento do registro do nascimento. Sendo assim, ela deve ser feita no cartório mais próximo da casa dos pais ou do parto da criança.

13 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

Fechou-se o atalho

Militares que assumirão posições no Executivo com o presidente Jair Bolsonaro encontrarão ambiente completamente diverso do que prevalecia no AI-5

O Ato Institucional nº 5, decretado há 50 anos, municiou o presidente da República de poderes absolutos. Facultou-lhe fechar o Congresso, cassar mandatos e direitos políticos, intervir em estados e municípios e ordenar o estado de sítio, tudo isso sem a possibilidade de revisão de seus comandos seja pelos legisladores, seja pelas cortes.

No contexto da radicalização de alguns grupos de esquerda, que aderiram à luta armada e ao cometimento de atentados, inaugurou a fase mais violenta da ditadura que havia se instalado quase cinco anos antes. A proscricção, a tortura, o assassinato e a censura patrocinados pelo regime se acentuariam até meados da década de 1970.

A consubstanciação da brutalidade do AI-5 num texto com dicção legalista produz grande estranhamento. Ali, afinal, a sintaxe do direito foi empregada para negar o próprio direito — e atestar a sua submissão à força e a nada mais.

O despojamento do verniz civilizatório naquele libelo autoritário ajuda a entender, pelo contraste, como é crucial o princípio da limitação do Poder Executivo numa democracia. Sem esse mecanismo, apreendido pelo pensamento e pela prática política do Ocidente após séculos de tribulações, não há barreira contra o despotismo.

A lição, pode-se afirmar aos 30 anos de vigência da Constituição de 1988, também foi absorvida no Brasil. O presidente da República

foi submetido a um eficaz e multifacetado sistema de controles.

Algum excesso de prerrogativas do ocupante do Palácio do Planalto presente na largada da nova Carta, como a amplitude para a edição de medidas provisórias e a gestão do Orçamento, foi corrigido ao longo do tempo, sem contudo tomar-lhe a capacidade de governar em nome da maioria do eleitorado.

Os direitos fundamentais, massacrados pelo AI-5, recebem agora uma camada extra de proteção e não podem ser alterados nem sequer por emenda constitucional.

E não se trata de mero formalismo legal. O Ministério Público e o Judiciário, com plena autonomia, têm se destacado na defesa e na promoção do regime das liberdades. A imprensa atua sem amarras, e as disputas são resolvidas nas urnas, nas casas legislativas ou nos tribunais — não mais nos quartéis.

Nesse ambiente perpassado por controles e liberdades constitucionais, um apoiador do regime militar, o deputado Jair Bolsonaro (PSL), elegeu-se presidente. Oficiais das Forças Armadas foram nomeados para postos de comando na máquina do Executivo federal.

Vão experimentar o duro e incontornável desafio de governar numa democracia, na qual ninguém possui parcela avassaladora de poder. Ou se esmeram na arte de costurar apoios pela política ou fracassam. Fechou-se, e faz tempo, o atalho aberto pelo arbítrio em 1968.

13 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

Repasses a PM coincidem com dias de pagamento de salário

RIO DE JANEIRO Depósitos mensais feitos na conta do policial militar Fabrício Queiroz, ex-assessor do deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSL), coincidem com as datas de pagamento de salário dos servidores da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro).

Em todos os meses, a sequência de depósitos começa após a data do pagamento do salário. Na maioria das vezes, as entradas se iniciam no mesmo dia ou no dia seguinte, se estendendo até uma semana após a quitação do vencimento.

A informação sobre a coincidência de datas foi revelada pelo site da Veja, na terça-feira (11). Queiroz é citado em relatório do Coaf (Conselho de Controle das Atividades Financeiras) como tendo uma movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017.

A coincidência entre as datas reforça a suspeita de que Queiroz era o responsável por recolher parte dos salários de servidores do gabinete de Bolsonaro. Essa é uma prática comum no Legislativo. Como o dinheiro costumava ser sacado logo em seguida, não é possível saber o destino final dos recursos.

Muitos deputados usam essa verba para projetos mantidos em seus currais eleitorais. Outros distribuem para apoiadores que não puderam ser abrigados em seu gabinete por limitação de vaga. Há também relatos de parlamentares que ficam com esse dinheiro, seja para uso próprio, seja para campanhas eleitorais.

A correlação entre pagamento e depósito é evidenciada pelas diferentes datas em que os depósitos começam a ocorrer. Em abril de 2016, por exemplo,

o pagamento ocorreu apenas no dia 14. Os depósitos começaram no mesmo dia e se estenderam até o dia 25.

Em maio, o pagamento ocorreu no dia 11. No mesmo dia, R\$ 5.800 entraram na conta de Queiroz. Outros dois depósitos foram feitos no dia 12 e 16.

Flávio Bolsonaro afirmou em oportunidades anteriores que Queiroz já lhe apresentou uma versão sobre a movimentação que considerou plausível. O deputado não disse qual era a explicação, sob alegação de que ela deveria ser apresentada ao Ministério Público. Queiroz não foi localizado.

O Ministério Público do Rio investiga o caso de Bolsonaro e outros 20 deputados citados no relatório do Coaf.

A inclusão do nome do deputado Wanderson Nogueira (PSOL) no relatório sobre movimentação financeira atípica de assessores da Alerj decorreu de um erro do Coaf.

O órgão atribuiu ao deputado a nomeação de Ana Cristina Lopes do Carmo Lins. O Coaf detectou uma movimentação atípica de R\$ 259 mil. Contudo, ela é servidora da deputada Márcia Jeovani (DEM).

O nome de Lins chegou a ser vinculado a de Nogueira no Diário Oficial de fevereiro de 2015, quando foi publicada a nomeação dela no gabinete do PSOL. Contudo, um mês depois, houve uma republicação por erro em que a servidora é alocada no gabinete de Jeovani.

Em Brasília, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), um dos filhos do presidente eleito, Jair Bolsonaro, afirmou nesta quarta-feira (12) que não tem como

falar sobre a vida de assessores do irmão.

“Lamento informar, mas a vida de um assessor do Flávio ou de algumas pessoas lá, assessores, eu não tenho como informar. Eu sou a pessoa errada para esse tipo de pergunta”, afirmou ao deixar reunião da bancada do PSL. Italo Nogueira

Colaboraram Talita Fernandes e Thais Bilenky, de Brasília

13 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria pede condenação de Lula por sítio

CURITIBA Em alegações finais apresentadas na noite desta segunda-feira (10) à Justiça, o Ministério Público Federal pediu a condenação do ex-presidente Lula pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, na ação que julga as reformas realizadas no sítio de Atibaia (SP), frequentado pelo petista.

No total, foram gastos

R\$ 1,26 milhão nas obras, valor pago pela Odebrecht e OAS e pelo empresário José Carlos Bumlaí, de acordo com a denúncia, com recursos desviados da Petrobras. A Folha revelou detalhes sobre o caso em 2016.

Para os procuradores, o ex-presidente “capitaneou o esquema criminoso”, e, “de modo consciente e voluntário”,

dissimulou a origem dos valores investidos nas reformas do sítio, de propriedade de Fernando Bittar e Jonas Suassuna.

A defesa de Lula afirmou que o Ministério Público não apresenta provas contra o ex-presidente e pede a condenação “com base naquilo que seus membros denominam de ‘melhor explicação’”.



DORIA E MORO SE ENCONTRAM EM BRASÍLIA

O governador eleito de São Paulo, João Doria (PSDB), esteve na capital federal nesta quarta (12) e tirou uma selfie com o ex-juiz da Lava Jato Sergio Moro

Renato Costa/FramePhoto/Agência O Globo

13 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

Justiça anula PPP da luz em SP e dá 2 meses para nova licitação

Contrato é investigado por suspeita de favorecimento a grupo vencedor

Taís Hirata e
Paulo Muzzolon

SÃO PAULO O Tribunal de Justiça de São Paulo anulou, nesta terça-feira (11), a PPP (Parceria Público-Privada) da iluminação pública da capital paulista, um contrato de R\$ 7 bilhões, que está em investigação sob suspeita de fraude.

Foi determinado um prazo de dois meses para que a prefeitura dê início a uma nova licitação. A decisão foi antecipada pela rádio CBN.

Até lá, o consórcio vencedor, formado pelas empresas FM Rodrigues e Consladel, seguirá responsável pela manutenção da rede de iluminação.

Ainda não foi definido o pagamento ao grupo por esse serviço, que já vem sendo prestado desde março.

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, afirmou nesta quarta-feira (12) que é difícil realizar uma nova licitação em dois meses, seguindo todos os prazos da legislação, mas que a administração deverá publicar um novo edital o mais breve possível. E sinalizou que a prefeitura não vai recorrer da decisão.

“Agora é verificar uma nova modelagem, verificar uma nova forma da gente poder avançar, mas sem ficar arrastando isso por mais alguns anos, levando isso para tribunais superiores”, afirmou.

O consórcio FM Rodrigues/Consladel, no entanto, diz que vai recorrer. “O contrato foi assinado, é lícito e nenhuma irregularidade foi encontrada”, afirmou o grupo.

A anulação do contrato é mais um capítulo da conturbada tentativa da prefeitura de firmar uma PPP de iluminação pública — com um prazo de 20 anos, a parceria seria a maior do gênero no mundo.

O edital foi lançado inicialmente em 2015, durante a gestão de Fernando Haddad (PT).

Desde então, o processo foi marcado por interferências do tribunal de contas, disputas judiciais entre os concorrentes e denúncias de suposto direcionamento na licitação.

Na decisão do TJ-SP, os desembargadores dizem que a licitação emergiu em tumulto e descrédito e que a prefeitura deveria fazer uma nova licitação, “desde que assegurada a mais ampla concorrência”.

A anulação ocorre após apelação do consórcio Walks, do qual faz parte o grupo W Torre, que havia sido desclassificado da disputa e que tentava, na Justiça, reverter a decisão.

O grupo fora desqualificado no fim do ano passado, porque uma das empresas participantes do consórcio, a Quatro, é a controladora da Alumini (ex-

Alusa), declarada inidônea pela CGU (Controladoria-Geral da União) por suborno.

Com a desclassificação, o grupo FM Rodrigues/Consladel se tornou o único concorrente na disputa.

Para agravar o imbróglio, em março deste ano, dias após a assinatura do contrato da PPP, foram revelados áudios em que a então diretora do Ilume (Departamento de Iluminação Pública da cidade), Denise Abreu, demonstrava preferência pelo grupo da FM Rodrigues. À época, os envolvidos negaram as acusações.

Após o escândalo, a prefeitura restringiu o contrato a serviços de manutenção até que o caso fosse esclarecido.

À época, a prefeitura disse que o valor pago à empresa pelo execução parcial do contrato seria mais baixa, mas até agora o valor segue em aberto e está em análise pelo Ilume e pela Procuradoria-Geral do Município, diz a prefeitura.

Antes da assinatura da PPP, a FM Rodrigues já prestava o serviço de manutenção da rede de luz da cidade de forma temporária, em um contrato emergencial — firmado sem licitação e sob questionamentos de outras empresas do setor. Entre outubro de 2017 e março de 2018, foram pagos à empresa R\$ 52,5 milhões.

CONTINUA

13 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Entenda o caso

Qual o objetivo da PPP?

A Parceria Público-Privada tinha como objetivo contratar empresa para a manutenção da rede de luz da capital e a troca de todas as lâmpadas da cidade por modelos LED, mais econômicos

Quem eram os concorrentes?

Dois concorrentes chegaram à reta final: o consórcio Walks e FM Rodrigues/Consladel

Por que o consórcio Walks foi desclassificado?

Um das participantes do consórcio é a Quatro, dona da Alumini, empresa investigada na Lava Jato e declarada inidônea

Por que contrato é investigado?

Em março, gravações vazadas sugerem que uma ex-diretora do Ilume, da prefeitura, demonstrava preferência pelo grupo da FM Rodrigues e insinuava suposta prática de propina

Por que o contrato foi anulado?

A decisão é resultado de uma apelação do grupo Walks. Desembargadores afirmaram que licitação "emergiu em tumulto e descrédito" e pedem nova licitação com "ampla concorrência"

13 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

TRT confirma suspensão de leilão da Eletrobras

SÃO PAULO O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região confirmou, nesta quarta-feira (12) que o leilão da distribuidora da Eletrobras no Amazonas, realizada na segunda (10) teve seus efeitos anulados por uma decisão liminar, publicada no mesmo dia.

O vencedor foi o consórcio Oliveira/Atem, único a participar da concorrência, realizada em São Paulo.

Logo após o martelo ser batido, chegou a notícia de que uma liminar da Justiça do Trabalho suspendia os efeitos do leilão.

Representantes da Eletrobras e do BNDES disseram que ainda não haviam sido notificados, mas sinalizaram que o resultado da concorrência não seria revisto.

Como não havia ficado claro se a liminar se aplicaria ao leilão da Amazonas Energia ou apenas ao da Cegal (distribuidora em Alagoas), cuja venda está marcada para a próxima quarta-feira (19), a equipe da Advocacia Garcez, representante dos sindicatos, preparou embargos de declaração para que o tema fosse esclarecido. TH

MÔNICA BERGAMO

MEGAFONE O advogado Cristiano Caiado de Acioli, que disse ao ministro Ricardo Lewandowski, do STF, que “o Supremo é uma vergonha, viu?”, também agrediu o ministro dos Direitos Humanos, Gustavo do Valle Rocha.

VERGONHA “Ele foi meu aluno no Uniceub, em Brasília. E logo após eu assumir o ministério estava num restaurante com minha esposa e ele chegou dizendo que era uma vergonha ter sido meu aluno”, afirma Rocha.

VERGONHA 2 “Ele gritou e eu fiquei calado. Numa outra oportunidade, o Cristiano pediu desculpas e disse que se excedeu.” O ministro também conta que Acioli foi reprovado em sua disciplina.

AMIGOS Acioli disse que “jamais tratei com agressividade ou falta de respeito o professor Gustavo Rocha”. O advogado diz que o encontrou no dia das eleições. “Demos um abraço e ele perguntou como estava a minha família. Tudo assistido por testemunhas.”

13 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

Fux derruba a própria liminar, e multa na tabela do frete volta a valer

Reynaldo Turollo Jr.

BRASÍLIA O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux revogou, na noite desta quarta-feira (12), uma liminar concedida por ele na semana passada que havia suspenso as multas e punições para quem descumprisse a tabela do frete.

A liminar de Fux, da quinta-feira (6), gerou um princípio de movimentação entre os caminhoneiros, porque, na prática, esvaziava o tabelamento do frete. Na segunda-feira (10), houve bloqueios em algumas rodovias pelo país, entre as quais a Dutra.

A tabela com preços mínimos foi instituída pelo governo federal em resposta a uma paralisação feita pelos caminhoneiros em maio deste ano.

Com a reconsideração de Fux, as multas para as empresas que descumprirem a tabela voltam a vigorar. O ministro revogou a decisão da semana passada depois de um pedido da AGU (Advocacia-Geral da União) chegar ao STF na segunda-feira.

O órgão solicitou a Fux que deixasse o assunto para o novo governo e para o novo Congresso, a fim de “evitar risco de comprometimento do sistema de distribuição de alimentos, medicamentos, combustíveis e outros produtos essenciais [...] no período do Natal e do Ano-Novo”.

Em sua reconsideração, Fux escreveu que, “consoante afirma a Advocacia-Geral da União, os canais de participação dos setores interessados serão efetivados ‘pela nova estrutura governamental que assumirá a condução do país, em breve, no início do próximo ano’”.

“Com esse desiderato, este juízo vem priorizando as vias amigáveis de diálogo para a solução das questões sociais subjacentes ao julgamento da causa, inclusive com a realização de audiências com as partes interessadas e também de audiência pública”, afirmou.

O ministro, relator de um conjunto de ações que discutem no Supremo a constitucionalidade do tabelamento do frete, pediu, por fim, que o presidente da corte, ministro Dias Toffoli, marque com urgência uma data para o plenário julgar o tema no mérito.

13 DEZ 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

CORRUPÇÃO E OMISSÃO

Sergio Moro participou de seminário promovido pelo Instituto Não Aceito Corrupção, em Brasília. Em seu discurso falou da omissão do Congresso e do Executivo ao combate da corrupção, das pompas do judiciário e do seu projeto para o ano que vem. "Faltou ação institucional do Executivo e do Congresso. Quando alguma reforma geral veio, ela veio das próprias Cortes de Justiça, especificamente do STF, que, ao rever precedentes, fortaleceu o sistema anticorrupção, no caso da possibilidade da execução da condenação a partir de julgamento em 2ª Instância".